

Página 07



As penas associadas variam de acordo com a gravidade dos delitos. Um dos principais pontos de investigação é a alegada simulação de fraude nas urnas eletrônicas, com o propósito de desestabilizar o pleito eleitoral. Esse ato, segundo o mapeamento feito, poderia enquadrar Bolsonaro no crime de golpe de Estado, com pena que varia entre quatro e doze anos de prisão. Além disso, as suspeitas de grampos clandestinos em conversas com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes levantaram a possibilidade de um indiciamento por escuta telefônica ilegal, com pena de dois a quatro anos.

Penas de Jair Bolsonaro podem chegar a 18 anos de prisão

ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECLARA EMERGÊNCIA ZOOSSANITÁRIA POR CAUSA DA GRIPE AVIÁRIA

O Governo do Estado do Rio de Janeiro decretou estado de emergência zoossanitária por causa da gripe aviária. A medida vale por 180 dias. **Página 03**



Justiça do Rio de Janeiro inicia julgamento de incêndio no Ninho do Urubu

Quatro anos e meio após o incêndio no Ninho do Urubu, que vitimou 10 garotos que integravam as categorias de base do Flamengo, começou ontem (18) a primeira audiência de instrução e julgamento com a coleta de depoimentos.

Página 03



Página 07

Delgatti mostrou à PF áudio de assessora de Zambelli prometendo pagamento, diz defesa

Vice-prefeita de Nilópolis acumula salários em três prefeituras do Grande Rio



A vice-prefeita de Nilópolis, na Baixada Fluminense, recebe salários de três prefeituras diferentes. Além da cidade onde ela exerce o cargo eletivo, Flávia Sardinha (PL-RJ) também recebe como professora em Nova Iguaçu e no Rio de Janeiro. Mês passado, ela recebeu R\$ 5.340,57 como professora do município do Rio de Janeiro. Somando os três salários, são mais de R\$ 20 mil.

Página 06



Covid: OMS começou a monitorar variante que tem mais de 30 mutações

Indicada por especialistas como uma variante potencialmente perigosa, virulência, a BA.X passou a ser, para a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma "variante sob monitoramento", devido ao grande número de mutações que carrega. Ao colocar a cepa no radar, a agência das Nações Unidas deu a ela um novo nome: BA.2.86. Os anúncios foram feitos na quinta-feira (17/08), pelo Twitter. Conforme a declaração, mais dados são necessários para entender a variante e a extensão de sua disseminação, "mas o número de mutações merece atenção". A OMS afirma, ainda, que atualizará os países e o público à medida que descobrir mais informações.

Página 09

MUNDO

Coreia do Norte mobilizou aviões de guerra após aproximação de aviões espiões dos EUA - KCNA

Página 07

Voices da Floresta: Chico Mendes Vive



Página 11

ALERJ aprova medidas de proteção aos consumidores em casos de pagamentos duplos



Segundo a medida, os credores deverão criar mecanismos de bloqueio para recebimento de faturas já quitadas e os prestadores de serviço, assim que identificarem o pagamento indevido, deverão imediatamente entrar em contato com o consumidor.

Página 08

Seleção Brasileira - Fernando Diniz faz a sua primeira convocação

Treinador interino do Brasil divulgou a lista de jogadores que irão disputar as primeiras rodadas das Eliminatórias Sul-Americanas **Página 12**



Deputados do PSOL acionam o STF para proibir Bolsonaro de deixar o País

Os deputados federais Erika Hilton (PSOL-SP) e Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) protocolaram nesta sexta-feira 18 um pedido ao Supremo Tribunal Federal para que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja proibido de deixar o País. A ação defende a retenção do passaporte. A justificativa é que o ex-capitão é um dos focos da investigação da Polícia Federal sobre um suposto esquema de venda de joias recebidas em viagens oficiais por seu governo. Os parlamentares apontam possíveis

"condutas suspeitas que necessitem de determinação de medidas cautelares para impedi-lo de fugir, atrapalhar as investigações ou anular provas". A solicitação, direcionada ao ministro Alexandre de Moraes, também menciona o depoimento de Walter Delgatti à CPMI do 8 de janeiro. O hacker declarou que Bolsonaro prometeu lhe conceder um indulto caso assumisse a autoria de um suposto grampo telefônico com "conversas comprometedoras" de Moraes.



DROGA COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Dr. Siro Darlan



Há quase cinquenta anos a "guerra às drogas tem sido usada como instrumento de perseguição aos indesejados. O debate no STF tem mostrado isso com todos os argumentos e estatísticas possíveis. A Lei do Pito do pango de 1830 deu início a essa perseguição como forma de exclusão dos usuários da cannabis em território brasileiro. Como os usuários eram socialmente identificados como pessoas das camadas mais pobres, sobretudo os escravos, quando os maiores consumidores das drogas estão nas classe mais privilegiadas, onde não há repressão.

Ainda hoje, o artigo 28 da Lei de Drogas é aplicado preferencialmente contra jovens, negros e analfabetos, que são considerados traficantes com maior frequência, mesmo quando presos com quantidade de droga inferior à apreendida com pessoas acima dos 30 anos, brancas e com ensino superior. É preciso haver tratamento isonômico quanto à aplicação da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) para garantir que a diferenciação entre usuários e traficantes não se dê segundo características como idade, condição econômica, cor da pele e grau de instrução da pessoa abordada, e sim

com relação à quantidade de entorpecente apreendida e às condições envolvidas o flagrante. Em seu voto, o Ministro Alexandre de Moraes afirmou que: "Triplicou-se em seis anos o número de presos por tráfico de drogas, mas não triplicamos o número de presos brancos, com mais de 30 anos e ensino superior, e sim o de pretos e pardos sem instrução e jovens. É preciso garantir a aplicação isonômica da Lei de Drogas para evitar que, em virtude de nível de instrução, idade, condição econômica e cor da pele você possa portar mais ou menos maconha".

Siro Darlan é desembargador do TJRJ, diretor do jornal Tribuna da imprensa Livre e especialista em Direito Penal Contemporâneo e Sistema Penitenciário

Pena de multa estende efeitos do cárcere na vida de egressos



Por Letycia Bond

Oito em cada dez pessoas que recebem atendimento no mutirão jurídico do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), realizado de agosto a dezembro de 2022, eram negras, ou seja, pretas ou pardas. E sete em cada dez tinham salário de até R\$ 1,2 mil, perfil que leva a indagações sobre como a penalidade de multa pode impossibilitar a ressocialização de egressos do sistema carcerário. Empenhada em dar visibilidade a esse recorte desde 2021, a entidade organiza nesta sexta-feira (18) e amanhã (19), na sede da Ação Educativa, atividades sobre o assunto, para convidados e inscritos. Sobreviver ao cárcere, que, no país, é marcado por injustiças, superpopulação e uma série de outras violações de direitos humanos, já é um revés considerável. Contudo, ao deixar a cela, a pessoa pode arrastar consi-

go o fantasma da multa e, junto dele, ver a suspensão de muitos direitos. O balanço do instituto sobre os mutirões também mostrou que a maioria (71,4%) dos 241 atendimentos foi de presos com filhos e/ou dependentes e desempregados (59,3%). Entre a parcela de 84 pessoas que informou, na ocasião, ter um emprego, 82,1% relataram não estar registradas. Quase um quinto (18,7%) se encontrava em situação de rua, na época do atendimento. Entre as 64 mulheres atendidas, 33 eram solteiras e tinham filhos e/ou outros dependentes. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em dezembro de 2022 o sistema prisional do país tinha 642.638 detentos em unidades estaduais e 499 em celas de unidades federais. Havia ainda 5.555 presos em carceragens das polícias Civil, Militar, Federal e do Corpo de Bombeiros Militar. Nas bases de dados oficiais

do governo federal, porém, não constam detalhes sobre a proporção de presos que, além de terem sido condenados à privação de liberdade, tiveram a fixação de uma multa. A coordenadora de projetos do IDDD, Vivian Peres, avalia que, apesar da ausência de informações, pode-se pressupor que praticamente todos os detentos estejam nessa situação. Vivian ressalta que o perfil que predomina nas prisões do Brasil é o de pessoas que cumprem pena por crimes patrimoniais e os ligados à legislação referente a drogas, ilegalidades que, pelo Código Penal, preveem também a pena de multa. "Esses dois crimes preveem pena de multa. E o tráfico de drogas tem uma multa que é muito alta. O mínimo hoje é de cerca de R\$ 20 mil. O que acontece é que a maior parte da clientela do sistema de Justiça Criminal acaba carregando essa pena de multa por muitos anos e acaba tendo seus direitos restritos por um período muito além da pena corpórea, que eventualmente até já foi cumprida".

Educação e História Eder Rodrigues



VESTI AZUL E FUI VER "OPPENHEIMER"...

Não foi para atender à ministra-chapeleira louca, defenestrada juntamente com seu boss, pois nada tenho contra a cor rosa! Antes, pelo contrário, gosto muito dessa cor (uma das da minha querida Mangueira). Aliás, adoro ouvir La vie en rose mil vezes, com La Piaf, além de ter lido e relido não sei quantas, sempre com crescente prazer, o poema de Gertrude Stein Uma rosa é uma rosa é uma rosa. Acontece que "vestir azul" foi uma forma de protesto contra justamente a vil ex-

ploração do uso barbiano da rósea cor pelos inocentes fanáticos da sociedade de consumo irresponsável! Salta aos olhos o processo pelo qual o bruto sistema induz à criação de cultos vazios (como o da boneca, no caso), a fim de usá-los para a acumulação capitalista, transformando-os em meras mercadorias! Mas, claro que não estou aqui tentando desancar qualquer produto do cinema em si, pois a Sétima Arte continuará, por todo o tempo, abraçada solenemente por

nossos corações e mentes! Tanto que fui ver Oppenheimer – essa obra prima do cinema – fato de que dou testemunho, aconselhando a que vocês façam o mesmo, permanecendo fiéis, como eu, a essa insuperável maneira de ter prazer... E, em tempo, se quiserem ir de rosa, não façam qualquer cerimônia que não faça nenhuma objeção, porque sou avesso a toda modalidade de preconceito... BOM FILME!

ederrodrigues@uol.com.br

PROMOÇÃO VÁLIDA ATÉ O FIM DESSE MÊS!

Entre em contato conosco:
21 4116-1528
21 98191-8562

CURSO DE BOMBEIRO civil
de R\$ 800 por R\$ 499,00
NO CARTÃO 10X de R\$60 NO BOLETO 4X de R\$200

CURSO DE SOCORRISTA
de R\$ 300 por R\$ 150,00
NO CARTÃO 10X de R\$25

CURSO DE CUIDADOR DE IDOSO
de R\$ 200 por R\$ 100,00
NO CARTÃO 10X de R\$20

Rio de Janeiro declara emergência zoossanitária por causa da gripe aviária

A medida vale por 180 dias e foi publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (18). No fim de julho, o Ministério da Agricultura havia orientado que os estados declarassem emergência por causa da doença.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro decretou estado de emergência zoossanitária por causa da gripe aviária. A medida vale por 180 dias e foi publicada no Diário Oficial de ontem (18). O estado de emergência é decretado sempre que há o risco de uma doença se propagar rapidamente entre as aves. A ideia é o poder estadual agilizar processos para conter um surto no território fluminense. Até esta sexta, o Rio de Janeiro re-

gistou 16 casos da zoonose em nove municípios. A medida já tinha sido tomada pelo Ministério da Agricultura no dia 22 de maio e também pelos governos de outros estados. No fim de julho, o Ministério da Agricultura havia orientado que os estados declarassem emergência zoossanitária por causa da gripe aviária. Já declararam estado de emergência sanitária os estados de São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe, Tocantins, Bahia, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.



Gripe aviária — Foto: TV TEM/Arquivo



Governador Cláudio Castro determina instalação do Segurança Presente na Ilha do Governador

O Governo do Estado vai inaugurar, na próxima semana, uma nova base do Segurança Presente na Ilha do Governador. A unidade contará com 27 policiais e 15 agentes civis no policiamento diário, das 8h às 20h. A base ficará na Praia da Bica, no Jardim Guanabara, e contará com pontos de apoio no Centro do Bairro e no acesso ao Aeroporto Internacional do Galeão. - A instalação de mais essa base mostra que queremos entregar política pública de qualidade. Levar segurança para a população é mais do que colocar polícia na rua, é garantir a liberdade de ir e vir dos moradores - disse o governador Cláudio Castro. Com o Ilha do Governador Presente, o programa passará a ter 39 bases, espalhadas por 21 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Só na Cidade do Rio há, ao todo, 15 bases nas Zonas Sul, Norte e

Oeste, além do Centro. Outras três unidades do Segurança Presente estão em fase final de análise de viabilidade técnica para serem implantadas no Estado. - O Segurança Presente irá modificar a forma de policiamento na Ilha. Vamos levar o conceito de proximidade e atendimento social, uma marca do programa, que além de reduzir os índices de criminalidade, vai levar a sensação de segurança ao bairro - afirmou o Secretário de Estado de Governo, Bernardo Rossi. O programa foi iniciado com o Lapa Presente, em janeiro de 2014 e, só no Governo Cláudio Castro, já foram inauguradas 17 bases. Desde o começo, o Segurança Presente já atendeu 365 mil pessoas em vulnerabilidade social, localizou 7.500 foragidos da Justiça e conduziu mais de 51 mil suspeitos às delegacias.

Rio de Janeiro perde voos diretos da Azul para Brasília, Vitória e mais três destinos

A recente mudança de regras no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, fez com que a Azul reduzisse os voos na cidade. Antes do Governo Federal anunciar a restrição de 400 km em voos saindo do Santos Dumont, já havia sido feito um corte de 30% nos voos no aeroporto central carioca. Em reflexo desta primeira restrição, as companhias começaram a se mexer nos seus cronogramas, cortando ou transferindo voos. No caso da Azul, foi um mix, mas que demonstra mais cortes do que transferências para o Aeroporto Internacional do Galeão até o final do ano. A partir de novembro, a empresa irá transferir os voos diretos para Recife, Campina Grande e Maceió para o Galeão, mantendo no Santos

Dumont apenas os voos sem escalas para Campinas, Congonhas, Confins, Guarulhos, Curitiba e Porto Alegre. Por outro lado, vai cortar completamente do Rio os voos para Brasília, Vitória, Florianópolis, Porto Seguro e Goiânia. Com isso, a capital de Goiás não terá mais nenhum voo direto para o Rio, já que a LATAM e a GOL não fazem a rota, nem do Santos Dumont, nem do Galeão. Já o voo para Porto Seguro será exclusivo da LATAM, partindo do Galeão e o de Florianópolis exclusivo da GOL, também saindo do Aeroporto Internacional. O total de voos da Azul cortados no Rio ainda não foi fechado, já que a empresa ainda pode realizar mais ajustes, assim como pode reduzir as frequências das rotas mantidas no Santos Dumont.

Justiça do Rio de Janeiro inicia julgamento de incêndio no Ninho do Urubu

O caso tem oito réus, entre eles o ex-presidente do Flamengo Eduardo Bandeira de Mello

Quatro anos e meio após o incêndio no Ninho do Urubu, que vitimou 10 garotos que integravam as categorias de base do Flamengo, começou ontem (18) a primeira audiência de instrução e julgamento com a coleta de depoimentos. São réus por incêndio culposo qualificado pelos resulta-

dos morte e lesão grave o ex-presidente do Flamengo, Eduardo Bandeira de Mello; Márcio Garotti, ex-diretor financeiro do Flamengo; Marcelo Sá, engenheiro do Flamengo; Claudia Pereira Rodrigues, Wesley Gimenes Danilo da Silva Duarte e Fabio Hilário da Silva, da NHJ (empresa que forneceu os contêineres); e Edson Col-

man da Silva, técnico em refrigeração. De acordo com o Ministério Público, houve diversas irregularidades que culminaram no incêndio. Relembre as vítimas do incêndio: Athila Paixão, de 14 anos Arthur Vinícius de Barros Silva Freitas, 14 anos Bernardo Pisetta, 14 anos

Christian Esmério, 15 anos Gedson Santos, 14 anos Jorge Eduardo Santos, 15 anos Pablo Henrique da Silva Matos, 14 anos Rykelmo de Souza Vianna, 16 anos Samuel Thomas Rosa, 15 anos Vitor Isaías, 15 anos



Loterj fomenta parceria com RioSolidario para projeto social de acolhimento a mulheres vítimas de violência no Estado do Rio de Janeiro

No mês de Conscientização pelo Fim da Violência contra a Mulher, o Governo do Estado, por meio da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - Loterj, publicou na quinta-feira (17/08) no Diário Oficial a destinação de fomento ao projeto Casa Abrigo Lar da Mulher, do RioSolidario, no valor de R\$ 2.624.670,46, durante 12 meses. O projeto, que já existe há mais de 15 anos, consiste no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica que estejam em risco iminente de morte e seus filhos. Presidente da Loterj, Hazencleber Lopes Cançado destaca que o fomento para a Casa Abrigo será mais uma forma de reafirmar o compromisso social do órgão. - A Loterj mais uma vez se destaca na destinação de recursos

a projetos sociais com a renovação da parceria com o projeto Casa Abrigo Lar da Mulher, do RioSolidario. Tenho certeza que este recurso irá contribuir significativamente na vida dessas mulheres e seus filhos que precisam de amparo e segurança para o restauro de suas vidas - ressaltou Cançado. Para o atendimento ao público mencionado, a Casa Abrigo funciona 24h, com capacidade para abrigar 60 pessoas, entre mulheres e crianças, contando com 15 quartos, salas de atividade e berçário dispostos numa área de 1.300 metros quadrados instalada em local sigiloso. - Gerenciada pelo RioSolidario, a Casa Abrigo Lar da Mulher é um refúgio para as mulheres que enfrentam a terrível realidade da violência doméstica. O fomento contínuo não é



apenas um investimento em quatro paredes, mas sim uma forma de reconstruir vidas, restaurar a esperança e oferecer uma chance genuína de recomeço. Cada apoio recebido é uma mensagem de solidariedade que ecoa mais alto do que as palavras, demonstrando que a sociedade se importa e está comprometida em romper o ci-

clo de abuso - destacou Aneline Castro, presidente de honra do RioSolidario. Além do projeto Casa Abrigo Lar da Mulher, a Loterj destina 70% do seu lucro líquido a outros projetos sociais, como o Projeto Surf Praia Para Todos, que oferece aulas gratuitas de surf a mulheres jovens em situação de risco, pessoas com deficiência e idosos.



Tribunais do Rio de Janeiro criarão o Fórum Permanente do Poder Judiciário

Na próxima terça-feira (22), será criado o Fórum Permanente do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro (Fojurj). O colegiado será integrado pelo Tribunal de Justiça (TJ-RJ), Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) e Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1).

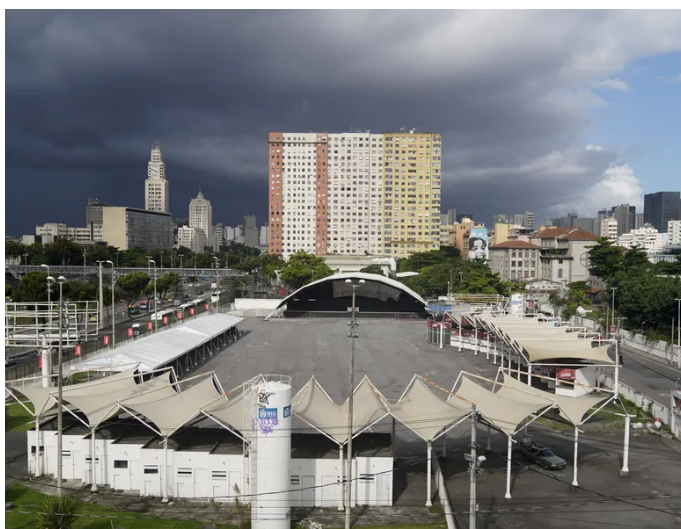
“Isso é uma iniciativa dos quatro tribunais sediados no Rio de Janeiro. É algo pioneiro. Nenhum estado da federação conseguiu reunir seus tribunais em um projeto como esse”, afirmou o presidente do TJ-RJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo. Um dos objetivos do Fojurj é avançar na eficiência e rapidez da prestação jurisdicional, por meio da cooperação entre os tribunais. O TRF-2 sediou a primeira reunião preparatória do Fórum, em 2 de agosto. Foram definidos o regimento interno e a criação de dois grupos de trabalho: um diretivo, com os presidentes dos tribunais, e outro operacional, responsável por elaborar estudos e sugestões.

Foram abordados temas como a construção de um projeto de memória do Ju-

diciário fluminense, a promoção da inclusão digital, a ampliação da Justiça itinerante e a integração das escolas de Magistratura.

Em artigo publicado no site Consultor Jurídico (ConJur), na quinta-feira (17), os presidentes Ricardo Rodrigues Cardozo (TJ-RJ), João Ziraldo Maia (TRE-RJ), Guilherme Calmon (TRF-2) e Cesar Marques Carvalho (TRT-1) destacaram a importância do novo Fórum. “Temos a certeza de que o Fojurj se notabilizará por conferir uma nova face ao Poder Judiciário brasileiro, possibilitando a ampliação do emprego de recursos tecnológicos e informacionais, e a disseminação de boas práticas em áreas essenciais para a sociedade civil fluminense, no âmbito do sistema de justiça, em sintonia com as diretrizes mais contemporâneas de gestão cooperativa e os princípios regentes da Administração Pública, assegurando ainda o mais efetivo cumprimento dos direitos humanos e fundamentais”, escreveram os desembargadores.

A instalação do Fojurj acontecerá às 16h, no Salão Nobre do Fórum Central do TJ-RJ.



Prefeitura do Rio lança edital de concessão do Terreirão do Samba; projeto prevê programação que privilegie o ritmo

A Prefeitura do Rio de Janeiro lançou nesta sexta-feira (18) o edital da concessão do Terreirão do Samba, no Centro do Rio de Janeiro. A licitação vai acontecer no dia 21 de setembro e o vencedor vai administrar o local por 25 anos. As informações foram publicadas no Diário Oficial do município.

A estimativa é que o investimento privado no local seja de R\$ 10 milhões. O objetivo será a readequação e manutenção do espaço ao longo do período de contrato. A empresa

vencedora pagará, no mínimo, uma outorga fixa de R\$ 275 mil.

A concessão prevê melhoras como a reformulação do palco, a adequação às normas de segurança, a requalificação urbana da área e o uso de estruturas móveis para a oferta de serviços de alimentos. O edital prevê uma programação anual de eventos que privilegie o samba. No período de carnaval, a programação deverá ser vinculada à folia e os ingressos precisarão ter preços acessíveis.

Desembargador vota pela anulação de processo contra máfia do cigarro no RJ

Macário Ramos Júdice Neto atendeu pedido da defesa de Adilson Coutinho Oliveira Filho, o Adilsinho, apontado pelas investigações como chefe do grupo criminoso. Segundo o magistrado, PF e MPF utilizaram provas que o STJ inutilizou em dezembro de 2022.

Foto: Reprodução/Fantástico



Adilson Oliveira, o Adilsinho

Por Leslie Leitão e Marco Antônio Martins

O desembargador Macário Ramos Júdice Neto, do Tribunal Regional Federal (TRF), da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), pediu, na quarta-feira (16), a anulação de todo o processo originado com a operação Smoke Free, que investigou a organização que ficou conhecida como a “máfia dos cigarros” no Rio de Janeiro. O caso será analisado por outros dois desembargadores que compõem a turma e vão decidir se seguem ou não o voto do relator.

De acordo com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) o grupo é “uma organização criminosa armada e transnacional

voltada para o comércio ilegal de cigarros”.

Entre os investigados havia PMs, bombeiros, um policial federal e Adilson Coutinho Oliveira Filho, o Adilsinho, apontado como chefe do grupo. Os investigadores afirmam que o grupo criminoso investigado é responsável por causar prejuízos à União de cerca de R\$ 2 bilhões.

Em seu voto, o relator do caso, o desembargador atendeu pedido realizado pela defesa de Adilsinho anulando todas as provas produzidas pela investigação apontando “a incompetência absoluta da Justiça Federal para processar e julgar os fatos”.

“Toda a investigação policial, amparada em decisões da Justiça Estadual, foi contaminada, uma vez iniciada de forma clandestina, mediante informações de um suposto colaborador que, em essência, seria vítima da

suposta organização criminosa, situação incompatível com a figura da colaboração e inicialmente sonegadas da defesa”, escreveu o magistrado.

Em dezembro de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o trancamento do processo contra o bicheiro Adilson Oliveira Coutinho Filho, o Adilsinho, e outros 39 réus que foram alvos da Operação Fumus, em junho de 2021.

A decisão da 6ª Turma do tribunal aceitou a tese da defesa de Adilsinho, de que a investigação se baseou em uma ordem ilegal de busca e apreensão. Segundo o voto do ministro Olindo Menezes, relator do caso, “a medida de busca e apreensão foi decretada apenas com base em acordo de colaboração premiada”, o que fere a lei sobre organizações criminosas sancionada em 2013.

A operação Smoke Free aconteceu em novembro de 2022. De acordo com o desembargador Macário Júdice Neto, esta investigação utilizou as provas da Fumus anuladas pelo STJ.

A Smoke Free tomou por base ainda análise de dados telemáticos, interceptação telefônica, análise de relatórios financeiros, dados fiscais e bancários compartilhados pela Justiça Estadual. Para o magistrado, “tudo contaminado”.

“Todas aquelas provas produzidas na presente investigação que façam expressa menção e vinculação às provas anuladas pelo Superior Tribunal de Justiça, e delas derivadas, também são ilícitas, por serem frutos da árvore envenenada, no que fica acolhida a pretensão defensiva, e, assim, suprida a omissão”, destacou o desembargador.

Sem acessibilidade e sem respeito: mãe desce escada de estação de trem com filha cadeirante no Rio



Mãe desce escada de estação de trem sem ajuda para filha cadeirante

Por Anna Beatriz Lourenço

Uma passageira que é mãe solo de duas meninas, uma delas com atraso no desenvolvimento e problemas de mobilidade, conta que precisou descer sozinha a escadaria da estação de Anchieta, na Zona Norte do Rio de Janeiro, sem contar com nenhum tipo de ajuda, pois o local não possui nenhum tipo de acessibilidade e não havia nenhum funcionário no momento para auxiliar. De acordo com dados divulgados pela Supervia, de um total

de 104 estações, apenas 23 delas possuem alguma forma de acessibilidade, como elevadores, escadas rolantes ou rampas que atendem as normas para atender passageiros com dificuldade de locomoção.

Luana Costa da Silva, que fez o registro da dificuldade ao descer as escadas da Estação de Anchieta, costuma usar os trens para levar a filha, Maria Eduarda Busquet, para tratamentos. Além do atraso no desenvolvimento, a menina possui epilepsia de difícil controle. “É uma dificuldade. Nem sempre quando eu venho tem alguém

para ajudar. Da última vez, não tinha segurança e eu desci a escada sozinha”, disse Luana.

A mãe contou que geralmente o segurança auxilia, mas nenhum estava presente no dia. “Tenho medo, principalmente quando eu desço sozinha e não tem ninguém para ajudar. O risco de cair com ela, a cadeira e sofrer um acidente”, desabafou. A rotina de sufoco começa cedo. Antes de chegar à estação, ela pega dois ônibus. Segundo ela, os veículos também possuem problemas de acessibilidade para quem usa cadeira de rodas. A Supervia afirmou que elabo-

rou um projeto robusto, que está sendo executado em parceria com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que definiu as estações prioritárias e as melhorias que cada uma deve receber para melhorar a acessibilidade.

De acordo com a concessionária, no fim todas as 104 estações devem receber o projeto de implementação do sistema de acessibilidade. O projeto inclui a instalação de sinalização visual e tátil, adequações na bilheteria, banheiros públicos acessíveis entre outros.

Americanas: desembargador põe em xeque auditoria de ex-ministro do STJ

Por Luiz Vassallo

O desembargador Paulo Wunder, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), colocou em xeque a nomeação do ex-ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para atuar como auditor das contas da Lojas Americanas, que está em recuperação judicial. Mussi foi nomeado para a função pelo juiz Paulo Assed Estefan, responsável por julgar o processo referente às dívidas de R\$ 40 bilhões da Americanas com credores. O ex-ministro tem largo histórico como criminalista, mas pouca experiência em Direito Privado. Ele foi nomeado para atuar no caso apenas dois dias após sua aposentadoria do STJ, em janeiro. Segundo o desembargador, uma outra decisão judicial referente ao caso Americanas pacificou que os valores pagos aos administradores judiciais não comportam contratações “extraordinárias de profissionais ou empresas especializadas”. Wunder diz que o entendi-

mento desta decisão “comprometeria a necessidade de nomeação” de Mussi e de uma empresa de perícia contábil para a “realização de atividades incluídas nos serviços já prestados pelos administradores judiciais”. Como mostrou o Metrôpoles ontem (18/8), o desembargador reduziu em 73% a remuneração dos administradores judiciais Sérgio Zveiter e Bruno Rezende, nomeados também por Stefan. Ele questiona a falta de informações para justificar eventuais “custos de serviços”. Os honorários arbitrados pelo juiz do caso chegam a R\$ 96 milhões. Se a decisão de Wunder for mantida, eles receberão apenas R\$ 26 milhões, ou seja, quase R\$ 70 milhões a menos do que esperavam. O caso depende de julgamento colegiado do TJRJ. Procurado pelo Metrôpoles, o ex-ministro Jorge Mussi afirmou apenas que aceitou a nomeação feita pelo juiz Paulo Assed, para auditar a maior recuperação judicial do país, “convencido de prestar um grande serviço ao Poder Judiciário”.

Foto: Igo Estrela/Metrôpoles



Força Nacional atuará em região de conflito de terra no Pará

Por Fabíola Sinimbu

O Ministério da Justiça e Segurança Pública publicou ontem (18), no Diário Oficial da União, uma portaria que autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), nos municípios de Tomé-Açu e Acara, no Pará. A região, no nordeste do estado, passa por conflitos territoriais entre a empresa Brasil Biofuels (BBF) e comunidades indígenas e quilombolas. O local de divisa entre os dois municípios abriga a Terra Indígena Turé-Mariquita, menor território demarcado no país, com 147 hectares, além das comunidades quilombolas Alto Acará e a Nova Betel e do povo Turiwara, na comunidade Ramal Braço Grande, que ainda não foi demarcada. Essas comunidades apontam a empresa BBF, produtora de óleo de palma, como a responsável pelos conflitos. Em nota, a empresa argumenta que atua na região respeitando o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo, decreto 7.172 do governo federal de 7 de maio de 2010, uma das legislações mais rígidas e severas para o cultivo da palma no mundo, “exercendo a posse pacífica, justa e ininterrupta das áreas privadas da companhia, respeitando os limites de territórios e atuando apenas

em suas áreas de posse.” A região enfrenta há anos episódios violentos, como o ataque ao cacique Lúcio Gusmão Tembê, baleado na cabeça, em maio deste ano. Um suspeito chegou a ser preso e relacionado ao tráfico de drogas, de acordo com informações que constam do termo de audiência de custódia.

Mediação

O Ministério Público Federal se reuniu com representantes dos povos indígenas e quilombolas, da comissão agrária, governos locais e Poder Judiciário para mediar os conflitos, mas a região ainda vive sob tensão. Os integrantes da FNSP atuarão na região pelo período de 30 dias. O reforço foi solicitado pela Polícia Federal, em articulação com os órgãos de segurança pública do estado do Pará, e, de acordo com a portaria, tem como objetivo “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. O número de homens que atuarão na região não foi divulgado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como medida de segurança. De acordo com a portaria, esse contingente obedecerá ao planejamento definido pela diretoria da Força Nacional de Segurança Pública.



Foto: Sérgio Lima/Poder360

O Ministério da Saúde recomendou a vacinação e a atualização das doses de reforço para prevenir a doença; na imagem, enfermeira manipulando ampola de vacina

Ministério da Saúde confirma 1º caso da variante EG.5 no Brasil

O Ministério da Saúde confirmou na 5ª feira (17. ago.2023) o 1º caso da variante EG.5 do coronavírus, também conhecida como Eris, no Brasil. A infecção se deu no Estado de São Paulo. Trata-se de uma paciente de 71 anos. Segundo o Cievs (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde), a mulher apresentou sintomas de tosse, fadiga e dor de cabeça em 30 de julho e fez a coleta para exame laboratorial em 8 de agosto. Ela tinha o esquema vacinal completo e já está curada. “A pasta monitora e avalia permanentemente as

evidências científicas mais atuais em nível internacional e o cenário epidemiológico da covid-19. A pasta está atenta às informações sobre novas subvariantes e mantém contato permanente com a Opas (Organização Pan-Americana da Saúde) e a OMS (Organização Mundial da Saúde) sobre o cenário internacional”, disse. O órgão também recomendou a vacinação e a atualização das doses de reforço para prevenir a doença. Disse que a imunização “se torna cada vez mais importante”. Também na 5ª feira (17.ago) e antes de o Ministério da Saúde confirmar o caso, a SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia) alertou sobre a circulação da Eris no Brasil.

Segundo a organização, a variante é “capaz de aumentar o número de casos mundialmente e se tornar a cepa predominante, substituindo a XBB.1.16, atualmente predominante na maior parte dos países”. Disse, no entanto, que não houve modificação no cenário de casos notificados de covid-19 ou aumento de casos de SRAG (Síndrome Respiratória Aguda Grave) no país. Portanto, não há “necessidade de mudança das recomendações vigentes”, afirmou. Eis a íntegra da nota (305 KB). A EG.5 é uma subvariante da ômicron e já foi identificada em 51 países, se tornando dominante na China, Estados Unidos, Coreia do Sul

e Japão. Em 9 de agosto, a OMS classificou a cepa como uma “variante de interesse”. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a Eris tem uma mutação na proteína Spike, por isso, possui uma maior capacidade de transmissão e de escape imunológico. Com isso, “pode causar um aumento na incidência de casos e tornar-se dominante em alguns países ou mesmo globalmente”. Apesar disso, a organização afirmou que, “com base nas evidências disponíveis, o risco à saúde pública representado por EG.5 é avaliado como baixo em nível global”. Disse ainda que “não houve nenhuma alteração relatada na gravidade da doença até o momento”.

MPF muda denúncia contra Roberto Jefferson e diz que ele assumiu o risco de matar policiais

Antes, a acusação do órgão era de que ele tinha a intenção de matar os agentes. Não há mudanças sobre penalidade

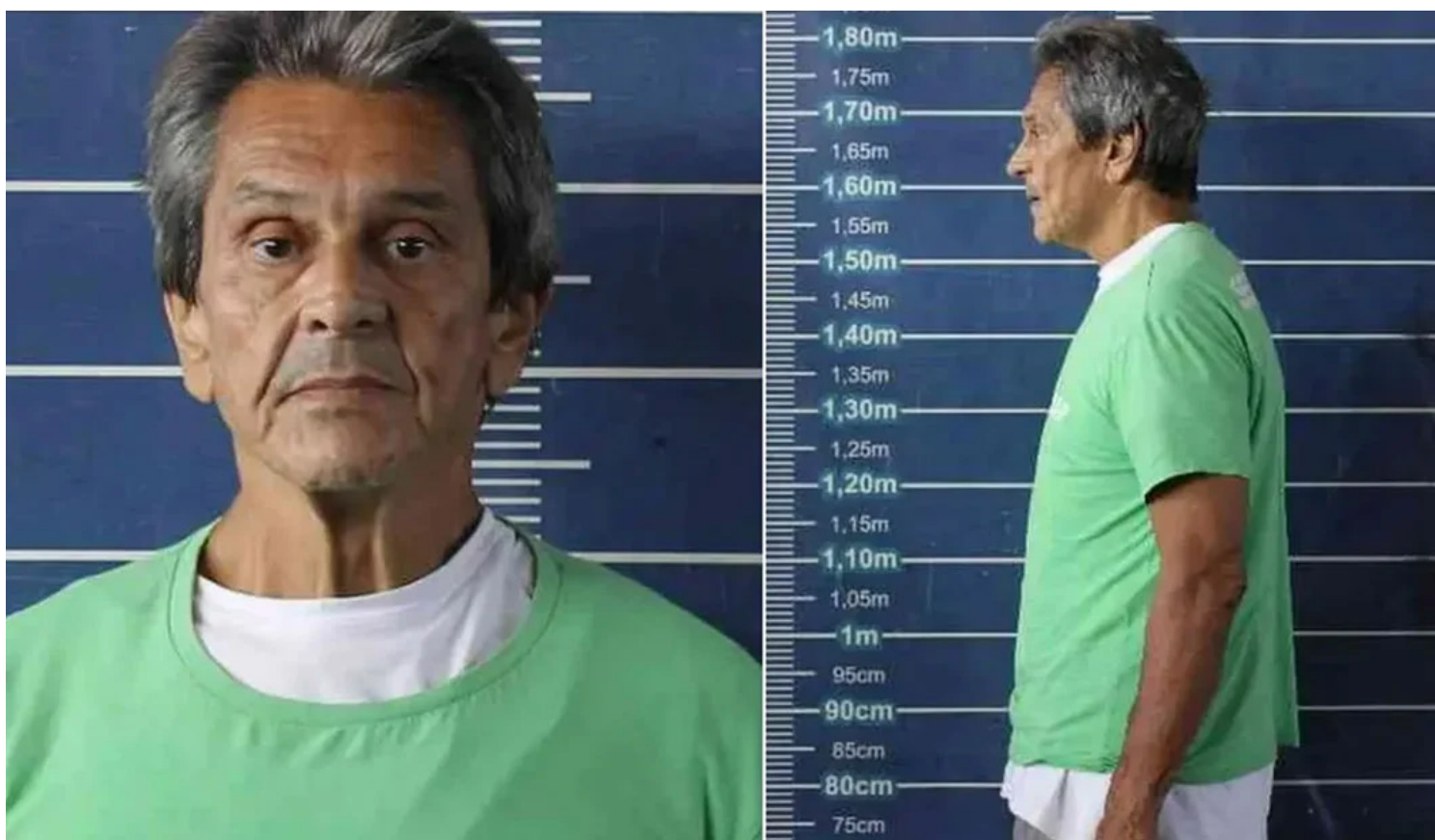
POR CAMILA DA SILVA

O Ministério Público Federal alterou a tipificação da tentativa de homicídio do ex-deputado federal Roberto Jefferson no caso em que o parlamentar disparou contra agentes da Polícia Federal que estavam cumprindo mandado de prisão contra ele. Antes, a denúncia do órgão apontava que ele teve a in-

tenção de matar os agentes — tentativa de homicídio com dolo direto — e agora, o MPF aponta dolo eventual, ou seja, entende que ele assumiu o risco, mas que não teve intenção de matar. “Após a conclusão da fase de instrução, o acusado Roberto Jefferson praticou os crimes de tentativa de homicídio, com dolo eventual”, sustenta a procuradora responsável pelo caso, Fernanda Gadelha.

No ano passado, em depoimento à Polícia Federal, ele admitiu ter disparado mais de 50 vezes e lançado três granadas. Apesar da mudança, não há nenhuma alteração na penalidade imputada ao ex-deputado, que pode chegar a 30 anos. A signatária esclareceu nesta sexta-feira 18 que a medida não significa que o MPF abrandou a pena e acolheu o pedido da defesa. “A tese da defesa é de que o

acusado praticou os crimes de lesão corporal culposa, dano e resistência, não tendo praticado tentativa de homicídio. Já o MPF entende estar comprovada a prática de quatro tentativas de homicídio doloso”, ressaltou Gadelha, em nota. Em fase final, a denúncia segue para posicionamento da defesa e decisão do Juízo. Posteriormente deve ser encaminhado para o Tribunal do Júri.



O ex-deputado Roberto Jefferson

• MESQUITA



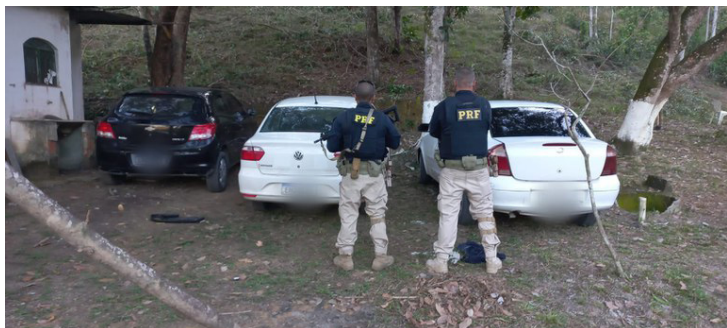
Mesquita consegue Certificado de Regularidade Previdenciária que estava desde 2016 bloqueado

Depois de mais de sete anos de bloqueio, o MesquitaPrev, Regime Próprio de Previdência Social dos servidores efetivos do município de Mesquita, conquistou o Certificado de Regularidade Previdenciária, emitido pelo Ministério da Previdência Social. O CRP, válido até 10 de fevereiro de 2024, atesta que o município está em conformidade com as normas de boa gestão na administração dos benefícios previdenciários. Além disso, é fundamental para garantir a realização de transferências voluntárias de recursos pela união; a celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união; e a liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais. “Quando o atual prefeito, Jorge Miranda, assumiu seu primeiro mandato, em 2017, o CRP já estava bloqueado. Isso impedia inclusive o repasse de verbas voluntária da união ao município. De lá para cá, foram regularizados débitos oriundos de gestões anteriores e, quando assu-

mi, em janeiro de 2021, enfrentamos o desafio de solucionar 11 irregularidades pendentes. Obter o CRP é, sem dúvida, um marco para esta gestão” explica a diretora-presidente do MesquitaPrev, Cátia da Silva Ferraz, que não hesita ao ser questionada sobre as principais dificuldades nesse processo. “Foram em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, aos demonstrativos de informações previdenciárias e repasses e ao limite de contribuição dos segurados, por envolver questões de legislação, supridas com a atuação da Procuradoria Geral do Município”, entrega. O certificado saiu no dia 14 de agosto e vale até 10 de fevereiro do ano que vem. Para que seja emitido, o governo federal analisa cerca de 30 critérios distintos. Com a conquista do CRP, Mesquita prova que conseguiu cumprir todas essas exigências. Trata-se, na prática, de uma espécie de atestado de que todas as normas impostas pela Lei Federal 9.717/98 estão sendo cumpridas e que a atual gestão está administrando de forma eficiente e transparente, garantindo a sustentabilidade e os interesses de seus servidores e da população mesquitense.

• DUQUE DE CAXIAS

PRF encontra casa usada para desmanche de carros roubados no RJ



Uma casa usada para desmanche de veículos roubados foi encontrada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), na tarde de quinta-feira (17), em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O local foi abandonado pouco antes da chegada dos policiais, que foram acionados pelo dono de um carro que tinha acabado de ser roubado. Policiais rodoviários federais da 1ª Delegacia (Duque de Caxias) faziam patrulhamento na Rodovia Washington

Luiz (BR-040), quando foram informados pelo proprietário do veículo que o rastreador indicava a presença do automóvel nas proximidades. As equipes seguiram para o local, no bairro Capivari, e encontraram três carros roubados, entre eles o do motorista que pediu ajuda. Ainda foram encontradas peças já retiradas de um dos veículos, telefones celulares, câmeras de circuito fechado de TV, entre outros objetos. A ocorrência foi encaminhada para a 62ª DP (Imbariê).

• NILÓPOLIS

Vice-prefeita de Nilópolis acumula salários em três prefeituras do Grande Rio

Antes de ser eleita, Flávia Sardinha trabalhava como professora nos outros dois municípios. Ela disse que solicitou licença dos cargos sem acumulação de proventos e que não recebeu orientação sobre ilicitude.

Por Alice Portes,
Diego Haidar e
Lucas Soares

A vice-prefeita de Nilópolis, na Baixada Fluminense, recebe salários de três prefeituras diferentes. Além da cidade onde ela exerce o cargo eletivo, Flávia Sardinha (PL-RJ) também recebe como professora em Nova Iguaçu e no Rio de Janeiro. Em Nilópolis, Flávia Sardinha recebe o salário de R\$ 12,5 mil. Ela também acumula o cargo de secretária de Educação. No caso, não tem acréscimo no salário. Antes de ser eleita, Flávia Sardinha trabalhava como professora nos outros dois municípios. Ela se afastou para assumir o cargo. Mas seguiu recebendo pagamento. Em nota, Flávia disse que solicitou licença dos cargos sem acumulação de proventos e que não recebeu orientação sobre ilicitude. Em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, o salário bruto foi de pouco mais de R\$ 4 mil no mês de julho. No Rio de Janeiro, mais um cargo. Mês passado, ela recebeu R\$ 5.340,57 como professora do município do Rio de Janeiro.

Somando os três salários, são mais de R\$ 20 mil.

Inquérito

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) abriu um inquérito na Promotoria de Justiça do Município de Nilópolis. O acúmulo de cargos no serviço público tem regras específicas. Especialistas em Direito ouvidos pelo RJ1 afirmam que, ao assumir um cargo como o de vice-prefeita, o servidor só pode receber um salário.

O que dizem os citados

A Prefeitura de Nilópolis afirmou que a vice-prefeita do município abriu um processo em 2020, nas prefeituras do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, pedindo licença para cumprir o mandato eletivo. E que as duas licenças foram concedidas dentro da legalidade, para que ela cumprisse o mandato. Flávia Sardinha afirmou que abriu processo administrativo solicitando licença e, por isso, encontra-se afastada dos cargos citados na reportagem para exercer a posição de vice-prefeita, assim como a Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis, sem a acumulação de proventos.



Vice-prefeita de Nilópolis recebe salário em três cidades

A vice-prefeita afirmou ainda que, em momento algum, recebeu orientação no decorrer dos processos sobre ilicitude

e, diante dos apontamentos, buscará parecer jurídicos das prefeituras para tomar as medidas necessárias.

• JAPERI

Prefeitura oferece capacitações gratuitas na área de produção de mel

Produtores rurais de Japeri participaram, na quarta-feira (16), do curso de Apicultura na fazenda Normandia, em Engenheiro Pedreira. A qualificação está sendo oferecida pela Prefeitura de Japeri, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, em parceria com o SENAR. Como parte da formação, os participantes visitaram um apiário situado na região, sob supervisão do professor Lúcio Boechat, que mostrou na prática todo o processo de extração de mel. O apiário é uma espécie de casa construída para abrigar abelhas e tem o objetivo de formar colmeias artificiais que facilitam o seu manejo. Segundo o instrutor, o curso é uma excelente oportunidade para os apicultores se aperfeiçoarem na área. “O curso é ofertado gratuitamente pela Prefeitura, com o apoio do Senar, de 9h às 17h, com a finalidade de preparar os estudantes para atuarem na profissão. Ações como essa são importantes para o fortalecimento da atividade na região, já que é uma área com grande potencial rural”, enfatizou o técnico em Agropecuária.



Os cursos de Apicultura e Meliponicultura estão acontecendo na fazenda Normandia, no bairro Santo Inês, em Japeri

O treinamento que está sendo realizado pela primeira vez no município, iniciou na segunda-feira (14), com informações sobre anatomia e fisiologia das abelhas, avaliação, procedimentos de colheita, entre outros. A formação acontece em duas etapas, a primeira com aulas teóricas e práticas de apicultura. A segunda ocorreu na quinta-feira (17), com tópicos relacionados a meliponicultura que consiste na atividade de criação de espécies de abelhas sem ferrão. O curso, com seis aulas no total, terminou hoje, (19), e teve carga horária de 40 horas. Para o titular da pasta, José Maurício, esta é uma forma

de garantir a qualificação profissional dos produtores. “O curso de Apicultura visa profissionalizar os agricultores, desde os conceitos básicos sobre a biologia das abelhas até técnicas avançadas de manejo dos apiários e também na preservação do meio ambiente”, declarou. A aluna Tatiana de Moraes Ramos, de 39 anos, citou que a formação é muito importante para todos aqueles que trabalham na produção do mel. “Este curso é muito bom para aqueles que querem se atualizar no manejo das técnicas de apicultura. Já fiz outros fora da cidade e agora tive a oportunidade de participar deste de forma gratuita”, disse.

Apicultura e meliponicultura

A apicultura e a meliponicultura são atividades importantes, que geram renda para diversos produtores rurais da cidade de Japeri. A apicultura consiste na criação de espécies de abelhas do gênero Apis para fins de produção de mel, pólen apícola, própolis, cera de abelhas, geleia real e apitoxina ou para serviços de polinização. Já a meliponicultura, destina-se a criação de espécies de abelhas sem ferrão, também conhecidas como abelhas indígenas, abelhas nativas ou meliponíneas.

VOLTA AO MUNDO

Coreia do Norte mobilizou aviões de guerra após aproximação de aviões espiões dos EUA - KCNA



As Forças Armadas da Coreia do Norte disseram ter desviado aviões de guerra depois que uma aeronave de reconhecimento dos Estados Unidos invadiu sua zona econômica ao largo de sua costa leste, informou a agência de notícias estatal KCNA nesta sexta-feira. O incidente, ocorrido na quinta-feira, foi "uma perigosa provocação militar" e a Coreia do Norte está considerando medidas para impedir futuras incursões, disse um porta-voz não identificado do Estado-Maior do Exército do Povo Coreano no relatório. O incidente ocorreu antes de uma cúpula na sexta-feira entre Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão. Um legislador sul-coreano, citando a agência de

inteligência daquele país, disse na quinta-feira que a Coreia do Norte pode lançar um míssil balístico intercontinental ou tomar outra ação militar para protestar contra a reunião. O presidente Joe Biden se reunirá em Camp David, em Maryland, com o presidente sul-coreano Yoon Suk Yeol e o primeiro-ministro japonês Fumio Kishida, na esperança de estreitar os laços entre Seul e Tóquio em meio a ameaças nucleares da Coreia do Norte e em um momento em que a influência regional da China está crescendo. A Coreia do Sul e os Estados Unidos também devem começar 11 dias de exercícios militares conjuntos na segunda-feira. Reportagem de Josh Smith; Edição de Alison Williams e Frances Kerry



Foto: Bolsonaro preso-montagem portal 247

Penas de Jair Bolsonaro podem chegar a 18 anos de prisão

CPI de 8 de janeiro deve indicar o organizador do golpe de estado pela prática de vários crimes

Em um desdobramento impactante durante o depoimento do hacker Walter Delgatti Netto à CPI de 8 de Janeiro, aliados do governo Lula veem uma oportunidade para indiciar o ex-presidente Jair Bolsonaro por quatro possíveis crimes. As acusações levantadas pelo hacker ganharam destaque entre os integrantes da base governista, que afirmam que as consequências legais somadas poderiam resultar em até 18 anos de prisão para o ex-chefe de estado, segundo informa a jornalista

Malu Gaspar, do Globo. De acordo com uma análise minuciosa realizada por parlamentares tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, as alegações feitas por Walter Delgatti Netto poderiam enquadrar Bolsonaro em crimes que vão desde golpe de Estado até incitação ao crime. As penas associadas variam de acordo com a gravidade dos delitos. Um dos principais pontos de investigação é a alegada simulação de fraude nas urnas eletrônicas, com o propósito de desestabilizar o pleito eleitoral. Esse ato, segundo o mapeamento

feito, poderia enquadrar Bolsonaro no crime de golpe de Estado, com pena que varia entre quatro e doze anos de prisão. Além disso, as suspeitas de grêmios clandestinos em conversas com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes levantaram a possibilidade de um indiciamento por escuta telefônica ilegal, com pena de dois a quatro anos. Uma acusação adicional que merece destaque é a suposta sugestão de Bolsonaro para que o hacker assumisse falsamente a autoria do grampo contra Moraes. Tal ação, se comprovada, pode-

ria resultar em um indiciamento por participação no crime de autoacusação falsa, nos termos do artigo 314 do Código Penal, com pena de três meses a dois anos de detenção. Um quarto crime que ganhou atenção é a acusação de incitação ao crime. Os aliados de Lula destacam a promessa de indulto ao hacker e a sugestão de prisão de juízes que se opusessem a ele. Isso levantou a possibilidade de Bolsonaro ser considerado coautor, por indução, no delito de incitação ao crime, cuja pena varia de três a seis meses de detenção.

Delgatti mostrou à PF áudio de assessora de Zambelli prometendo pagamento, diz defesa



O hacker Walter Delgatti. Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado/AFP

O hacker Walter Delgatti reforçou à Polícia Federal, em depoimento ontem (18), acusações apresentadas à CPMI do 8 de Janeiro na quinta. Segundo o advogado Ariovaldo Moreira, seu cliente também apresentou "indícios de provas". Entre os personagens implicados por Delgatti na CPMI estão a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, além de outros militares. De acordo com a defesa, Delgatti entregou à PF nesta sexta o áudio de uma conversa em que uma assessora de Zambelli "faz promessa de pagamento", além da descrição da sala no Ministério da Defesa onde ele teria participado de uma reunião a respeito das urnas eletrônicas em 2022. "Indícios de provas. A autoridade policial deve agora, nas investigações, encontrar as provas de que o Walter esteve na Defesa", disse Moreira. "Ele reiterou o que foi dito ontem na CPMI. Exatamente o que ele disse ontem. Tudo o que os senhores ouviram ontem, o Walter hoje repetiu para a autoridade policial." Segundo o advogado, o hacker "apresentou ao delega-

do do caminho das provas". Delgatti já depôs à PF na última quarta 16. Na ocasião, ele afirmou ter recebido cerca de 40 mil reais de Zambelli para invadir sistemas do Poder Judiciário. À CPMI, o hacker declarou que Bolsonaro prometeu lhe conceder um indulto caso assumisse a autoria de um suposto grampo telefônico com "conversas comprometedoras" do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Também reforçou ter "orientado" a produção do relatório do Ministério da Defesa sobre as urnas, entregue ao Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 2022, após o segundo turno da eleição presidencial. Em nota divulgada na quinta-feira após o depoimento de Delgatti à CPMI, a defesa de Jair Bolsonaro afirmou que adotará medidas judiciais contra o hacker por "informações e alegações falsas, totalmente desprovidas de qualquer tipo de prova, inclusive cometendo, em tese, o crime de calúnia". A defesa de Zambelli também rechaçou "qualquer acusação de prática de condutas ilícitas e ou imorais pela parlamentar, inclusive, negando as alevisosias e teratologias mencionadas pelo senhor Walter Delgatti".

Advogado nega que Cid vai "dedurar" Bolsonaro; mas revista revela áudios

O advogado Cezar Bittencourt, que defende o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, cedeu entrevista à Veja, publicada na quinta-feira (17). Mas, hoje, negou informações a outros veículos

Por Camilla Germano e Helena Dornelas

O advogado Cezar Bittencourt — que representa a defesa do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid — disse que seu cliente não cai "dedurar" o ex-presidente, como havia sido divulgado em entrevista à revista Veja. Após o advogado negar a notícia, a revista divulgou a íntegra dos áudios do defensor.

Durante entrevista a Globo News, na tarde de ontem (18/8), Bittencourt disse que houve um equívoco. "Houve má-fé, em primeiro lugar, que o Cid vai dedurar o Bolsonaro," afirmou o advogado em chamada no Estúdio i. Na quinta-feira (17/8), o advogado disse que Cid diria para a polícia que vendeu as joias da Presidência nos Estados Unidos a mando de Jair Bolsonaro, e que seu cliente entregou o dinheiro da venda para o ex-presi-

dente. A informação foi divulgada pela revista Veja e confirmada pela TV Globo. O ex-ajudante de ordens está preso desde 3 de maio, após uma operação da Polícia Federal, que investiga a inserção de dados falsos de vacinação contra a covid no sistema do Ministério da Saúde. Após a negativa do advogado, a revista publicou os áudios da entrevista, comprovando as informações divulgadas anteriormente, e informou que o encontro

com Bittencourt ocorreu em seu escritório. O advogado disse que Cid sabe da responsabilidade e "vai arcar com alguma coisa". "O criminalista detalhou que 'alguma coisa' era, na verdade, a confissão relativa à venda de joias e presentes luxuosos recebidos por Bolsonaro ao longo do mandato", informou a Veja. Após 24 horas da publicação da reportagem, o advogado mudou de ideia. Ao jornal O Estado de S. Paulo, o advogado disse que a Veja errou sobre a menção das joias. "Claro que, de repente, sai uma palavra aqui ou ali, que é mal interpretada. Você refaz. Às vezes tem um 's' que não deveria ter. É normal, pode ser", disse Bittencourt tentado amenizar o caso, à Globo News. Nos áudios divulgados pela Veja, o advogado falou que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), está "extremamente duro" e previu encontrá-lo na próxima segunda-feira (21/8), o que foi reforçado em entrevista à TV Globo.



O advogado disse que Cid diria para a polícia que vendeu as joias da Presidência a mando de Bolsonaro - (crédito: Ed Alves/CB/DA.Press)

Autonomia do BC resiste e favorece Lula, diz Campos Neto

Presidente do Banco Central afirma que avalia críticas com “naturalidade” e que a queda na inflação ajudou o governo

Foto: Sérgio Lima/Poder360

O presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, 54 anos, disse que a autonomia da instituição resiste à polarização do país. Ele foi entrevistado nesta 5ª feira (17.ago.2023) pelo diretor de Redação do Poder360, Fernando Rodrigues. “A gente está passando pelo 1º grande teste da autonomia, em um ambiente em que o país é polarizado”, disse Campos Neto. “A gente vai aprendendo a conviver com a autonomia”, afirmou. O BC é autônomo desde 2021. O mandato de Campos Neto irá até o final de 2024. Ele minimizou as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de outros inte-

grantes do governo ao patamar da Selic, a taxa básica de juros estabelecida pelo BC. Ele afirmou que as críticas nunca o fizeram pensar em deixar o cargo e que tem um compromisso com os senadores que aprovaram a autonomia do BC e o seu nome como presidente. Negou também a possibilidade de disputar eleições depois de sair do BC. Pretende voltar a trabalhar no setor privado.

VANTAGEM PARA LULA

O presidente do BC afirmou que a alta taxa de juros foi positiva para o começo do mandato do petista. Como a Selic foi a 13,75% ainda em 2022, Lula assumiu já com inflação em queda consistente. Campos Neto disse que esteve com o presidente depois



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em entrevista no estúdio do Poder360

da eleição no hotel Meliá, onde o petista se hospedava

em Brasília. Desde que Lula assumiu, não houve encontro.

O chefe do BC disse estar disposto a se reunir com

ele e com ministros para explicar a política monetária.

ALERJ aprova medidas de proteção aos consumidores em casos de pagamentos duplos



Prestadores de serviços poderão ter que adotar medidas de proteção ao consumidor nos casos de pagamento em duplicidade de produtos e serviços. É o que determina o Projeto de Lei 923/23, de autoria original do deputado Anderson Moraes (PL), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em segunda discussão, na quinta-feira (17/08). O texto segue para o governador Cláudio Castro, que tem até 15 dias úteis para sancioná-lo ou vetá-lo. A proposta vale para todos os prestadores de serviço do Estado do Rio, inclusive as concessionárias de serviços públicos.

Segundo a medida, os credores deverão criar mecanismos de bloqueio para recebimento de faturas já quitadas e os prestadores de serviço, assim que identificarem o pagamento indevido, deverão imediatamente entrar em contato com o consumidor. Já o consumidor que identificar o pagamento em duplicidade poderá solicitar a devolução do dinheiro, mediante depósito em conta, ou o crédito em uma próxima fatura. Quando o consumidor optar pela restituição do valor, o prazo será de sete dias corridos. Se o consumidor escolher o crédito em fatura, este deverá

ser gerado automaticamente na fatura subsequente. Só será permitida a conversão em crédito que seja expressamente autorizada pelo consumidor. O texto também determina que os consumidores que tiverem créditos pelo pagamento por duplicidade não poderão ter os serviços suspensos e nem seu nome negativado. Em caso de descumprimento das medidas, serão aplicadas multas e sanções de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC). A medida entra em vigor 60 dias após a publicação em Diário Oficial. “Grande parte dos consumidores têm dificuldades de reaver junto aos credores

valores pagos em duplicidade, e na maioria das vezes as prestadoras de serviço e similares não dão a opção de ressarcimento, apenas crédito nas faturas subsequentes, impactando diretamente na vida financeira do consumidor”, explicou Anderson Moraes. Também assinam o texto como coautores os seguintes parlamentares: Dannel Librelon (REP); Luiz Paulo (PSD); Fred Pacheco (PMN); Martha Rocha (PDT); Rosenverg Reis (MDB); Tia Ju (REP); Dionísio Lins (PP); Jari Oliveira (PSB); Cláudio Caiaido (PSD); Samuel Malafaia (PL); Val Ceasa (Patriota) e Márcio Canella (União).

O MELHOR EAD DO BRASIL, SEGUNDO O MEC.

UNIDADE MESQUITA

A PARTIR DE R\$ 99 MÊS

UVA
COMO E ONDE VOCÊ QUISER.

VALOR DAS MENSALIDADES VARIA DE ACORDO COM O CAMPUS/CURSO/TURNO E FORMA DE INGRESSO. VÁLIDO PARA TODO CURSO MÉDIA NITE A MANUTENÇÃO DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO ACADÊMICO (CRA). O CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS OBTIVE O MAIOR CPC (CONTINUIDADE) ENTRE TODAS AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DO BRASIL NA ÚLTIMA AVALIAÇÃO DO CÍCLIO ENADE DO MEC.

Conselho reduz a 1,91% taxa de juros para empréstimo consignado de aposentados, diz Lupi



O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) reduziu a taxa de juros dos empréstimos consignados para beneficiários do INSS de 1,97% para 1,91% ao mês, informou o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, em uma rede social nesta quinta-feira (17). A medida para os empréstimos com desconto na fonte de pagamento para aposentados e pensionistas vem após o Banco Central

ter reduzido no início de agosto a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 13,25% ao ano. Para as operações realizadas por meio do cartão de crédito, a taxa máxima passou para 2,83%, de 2,89%. Em nota, o CNPS informou que a decisão foi tomada em reunião extraordinária do conselho, por 14 votos favoráveis e um contrário. O novo valor da taxa do consignado ainda é supe-

rior ao teto de 1,7% que chegou a ser aprovado no início de março pelo conselho, patamar que levou os bancos a suspenderem a oferta dessas operações. Diante do impasse, o CNPS voltou atrás e, ainda em março, elevou o valor máximo do empréstimo para 1,97%. O CNPS é formado por representantes do governo federal e de aposentados e pensionistas, trabalhadores e empregadores.

MEIO AMBIENTE

CCJ aprova vantagens em licitações para empresas parceiras do meio ambiente

Por Bruno Lourenço

Empresas parceiras do meio ambiente receberão vantagens em contratações públicas. Projeto (PL 5690/2019) do senador Confúcio Moura (MDB-RO) com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e, caso não haja recurso para nova votação no Plenário do Senado, segue para a análise da Câmara dos Deputados. Senadores como Jayme Campos (União-MT) e Eduardo Braga (MDB-AM) disseram que o selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" será um incentivo para empresas adotarem práticas sustentáveis. EMPRESAS PARCEIRAS DO MEIO AMBIENTE RECEBERÃO VANTAGENS EM CONTRATACIONES PÚBLICAS. APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E, O PROJETO PODERÁ SEGUIR PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS SE NÃO HOUVER RECURSO PARA NOVA VOTAÇÃO NO PLENÁRIO DO SENADO. O projeto concede preferência em licitações públicas a empresas com certificação verde conce-

didada pelo Poder Público ou por órgão credenciado. O senador Jayme Campos, do União Brasil de Mato Grosso, afirmou que essa certificação verde é uma inovação que vai incentivar o cuidado com o meio ambiente. Os selos verdes utilizam-se de instrumentos de mercado para incentivar práticas produtivas sustentáveis e induzir escolhas ambientalmente corretas por parte dos consumidores. O senador Eduardo Braga, do MDB do Amazonas, também elogiou a proposta. É um projeto extremamente relevante, que estabelece o Selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm. Para receber o selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente", a empresa deverá adotar práticas como manutenção de áreas protegidas; reflorestamento e recuperação de áreas degradadas; conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos; reutilização e reciclagem de resíduos sólidos e uso de energias renováveis. A certificação terá validade de dois anos. Da Rádio Senado.



SAÚDE

Covid: OMS começou a monitorar variante que tem mais de 30 mutações

Indicada por especialistas como uma variante potencialmente perigosa, virulência, a BA.X passou a ser, para a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma "variante sob monitoramento", devido ao grande número de mutações que carrega. Ao colocar a cepa no radar, a agência das Nações Unidas deu a ela um novo nome: BA.2.86. Os anúncios foram feitos nesta quinta-feira (17/08), pelo Twitter. Conforme a declaração, mais dados são necessários para entender a variante e a extensão de sua disseminação, "mas o número de mutações merece atenção". A OMS afirma, ainda, que atualizará os países e o público à medida que descobrir mais informações. Atualmente, a agência rastreia três variantes recentes do Sars-CoV-2 consideradas de interesse e sete outras cepas um pouco mais antigas. "A organização continua pedindo melhor vigilância, sequenciamento e notificação de covid-19 porque esse vírus continua a circular e evoluir", completou a instituição, no Twitter.

Spike

Eric Feigl-Ding, membro do comitê de especialistas em mortalidade por covid-19 da OMS, comentou os motivos pelos quais a variante pode se tornar um problema mais sério. "Tem impressionantes 33 mutações na proteína spike que diferem de seu ancestral mais próximo, o BA2, uma cepa importante que apareceu, pela primeira vez, na primavera de 2022, mas que, agora, está quase extinta", escreveu no Twitter. O também epidemiologista-chefe da Força-Tarefa covid no New England Complex Systems Institute segue detalhando as modificações genéticas na nova versão do coronavírus. "E pior ainda: a cepa tem 35 mutações diferentes das vacinas de outono projetadas com foco na proteína spike XBB15. Isso é realmente bastante significativo", escreveu. O especialista continua, afirmando que, talvez, haja problemas de contaminação e reinfeção pela nova cepa. "Essas mutações divergentes na proteína spike do BA.2.86 carregam diversas propriedades conhecidas de escape de anticorpos (...), que se trata do risco de reinfeção e de casos de infecção após a vacinação."

MEIO AMBIENTE



Ministério de Minas e Energia propõe redistribuição de royalties da mineração

Com a medida, mais de 1.500 municípios brasileiros poderão ter aumento nos repasses da Contribuição Financeira pela Extração Mineral (Cfem)

O Ministério de Minas e Energia enviou na quinta-feira (17) à Casa Civil proposta de decreto prevendo redistribuição dos chamados royalties da mineração (Cfem), que poderá elevar os recursos para determinados municípios impactados por atividades de mineração e reduzir em outros nas áreas portuárias, informou a pasta em comunicado. Com a medida, mais de 1.500 municípios brasileiros poderão ter aumento nos repasses da Cfem, oficialmente conhecida como Contribuição Financeira pela Extração Mineral. O novo modelo, disse o ministério, é defendido há anos pelas associações de

municípios mineradores e ampliará o retorno social para a população. A proposta prevê aumentar de 50% para 55% os repasses às cidades cortadas por infraestruturas utilizadas para o transporte ferroviário de substâncias minerais, além de reajustar de 30% para 35% as compensações daquelas cidades onde estão localizadas estruturas de mineração que viabilizem o aproveitamento industrial da jazida, tais como pilhas de estéreis e de rejeitos, usinas de beneficiamento, bacias de rejeitos, entre outros, disse o ministério. Já a compensação de municípios afetados por operações portuárias passaria dos atuais 15% para 5%, enquanto as cidades com minerodutos permaneceriam com 5% da compensação.

"A proposta prevê um reequilíbrio na distribuição para que tenha mais beneficiados, ampliando os ganhos do setor mineral para a sociedade", disse em nota o ministro Alexandre Silveira, pontuando que "a proposta foi construída após amplo diálogo com parlamentares, prefeitos e representantes de associações de municípios mineradores de vários Estados". "O decreto atende uma demanda histórica das prefeituras, que tem muito a ganhar com uma mineração mais responsável e justa." A partir da proposta, 24 Estados brasileiros poderão ter municípios com aumento no repasse da Cfem, contemplando 1.521 municípios, segundo estudos do Ministério de Minas e Energia. Outras 32 cidades podem não so-

frer qualquer tipo de alteração nos valores, enquanto 28 municípios poderão sofrer redução no repasse. "Os municípios que são cruzados por ferrovias por onde passam o minério não geram empregos associados à atividade, mas tem grande parte da área impactada. E as estruturas de mineração um dia deixarão de existir após a extração do minério. Mas a atividade portuária, além de gerar emprego e renda, tem outras fontes de receita associadas e perenes", disse também na nota o secretário de Geologia, Mineração e Transformação do Ministério de Minas e Energia, Vitor Saback. Após a edição do decreto pela Casa Civil, caberá a Agência Nacional de Mineração (ANM) a regulação do tema, ressaltou o ministério.

SAÚDE

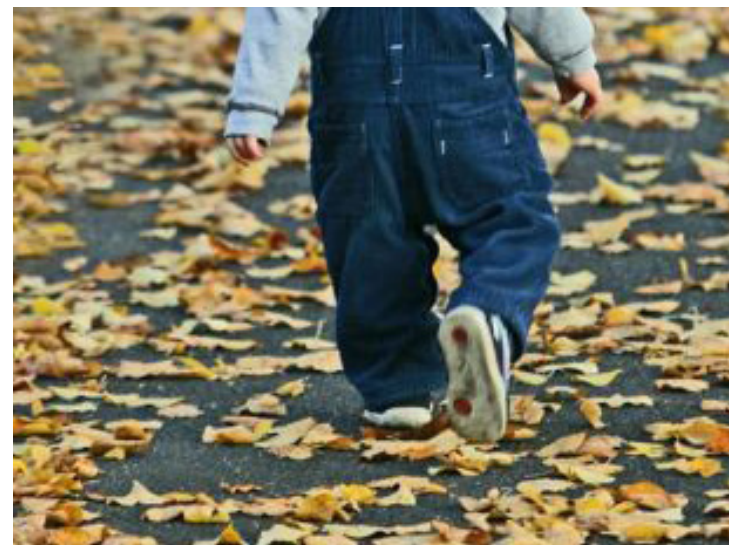
Pesquisa da UFRJ mostra que insegurança alimentar atrasa desenvolvimento infantil

Crianças negras residentes no Norte brasileiro são as que mais sofrem com a subalimentação

POR FLÁVIA CAROLINA FERNANDES

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com cerca de 15 mil crianças com menos de 5 anos, revelou que a falta de alimentação e má alimentação estão afetando o desenvolvimento infantil. Em uma escala em que o ideal é 1, o Brasil está em 0,93 em questão de desenvolvimento, tanto físico quanto intelectual, das crianças, dado que mostra o atraso no crescimento infantil. De acordo com o professor da UFRJ Gilberto Kac, que ministra aulas sobre epidemiologia nutricional, as crianças identificadas com proporção de desenvolvimento abaixo do esperado, possuem essa característica devido a não utilização do potencial genético, muitas vezes por conta da insegurança alimentar de sua família.

O estudo também mostra que crianças negras, residentes da região Norte brasileira, sofrem ainda mais com a situação, pois possuem uma média de 0,88 dentro da escala. Esse dado está interligado ao fato de suas famílias possuírem renda de até meio salário mínimo. Segundo os Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, o Norte é o local mais afetado pela má distribuição de alimentos – 71,6% da população sofre insegurança alimentar; a fome extrema atinge 25,7% das famílias nordestinas, equivalente a cerca de 4,6 milhões de pessoas. Comparado ao restante do país, essa porcentagem é consideravelmente maior: a média nacional de insegurança alimentar leve ou moderada é de 43,2%, enquanto é 15,5% de forma grave. Isso significa que a região Norte brasileira tem o índice de



subalimentação 39,6% maior do que o restante do Brasil. Essa situação afeta de forma mais grave as crianças, principalmente nos primeiros anos de vida, em que a capacidade cognitiva, psicossocial, conexões neurais e consciência da existência estão sendo estimuladas a todo momento, muito rapidamente e atingirão toda a vida adulta delas. A anemia causada pela fome, em decorrência da falta de

nutrientes, por exemplo, pode causar impactos como dificuldade de aprendizagem, fadiga e diminuição da capacidade física, sintomas que podem permanecer e dificultar a vida adulta da criança. O diagnóstico da desnutrição também pode demorar a ser feito, devido a um fenômeno chamado "desnutrição silenciosa", quando a fome só é identificada através do surgimento de uma doença, causada por ela.

CLASSIFICADOS

1 Imóveis
Compra e venda

2 Imóveis
Aluguel

3 Negócios
Diversidades

4 Emprego
Oportunidades

5 Casa
Utensílios do lar

6 Veículo
Compra e venda



Montagem e desmontagem de móveis

Reparos e Trocas de Dobradiças e Corrediças

Jean Carlos
(21) 98240-2991
Jean.carlos.desouza.keffe@gmail.com



BPL Máquinas Copiadoras Ltda

Representantes Técnicos

Paulo Roberto R. Ferreira
Cel.: 99952-5603

Paulo Roberto Junior
Cel.: 96501-8454

e-mail: bpl.paulo@gmail.com
Rua Cari Levi, 403 - Jardim América

INVISTA NO RJ

QUEM GANHA COM ISSO É VOCÊ
Saiba mais em www.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



MUDE O RUMO DA SUA VIDA!
Conquiste sua vaga no mercado de trabalho. **MATRÍCULAS ABERTAS**

Colégio e Curso
GHF
O seu sucesso é o nosso negócio

Nossos Cursos

- Téc. Enfermagem • Segurança do Trabalho
- Secretaria Escolar • Formação de Professores
- Cuidador de Idosos

Vantagens que só o aluno GHF tem...

Wifi - Clube de Benefícios - Estágios sem taxas
Seguro de vida incluso - Laboratório equipado
Aulas práticas extras sem custos
Professores especializados - Equipe pedagógica humanizada e muito mais...

Sabe o que ainda falta no GHF? VOCÊ!

Colégio e Curso GHF Instagram: [instagram.com/cursoghff/](https://www.instagram.com/cursoghff/) Website: www.cursoghff.com
(21) 3164-3004 / (21) 3589-5288 WhatsApp (21) 96454-7288

Rua Hercília nº 1299 - Vila Emil - Mesquita - RJ
(10 minutos da Estação de Mesquita)



Amparo
Consultoria em Seguros

Luciano Guedes
luciano.guedes@segurosamparo.com.br
21 3584-3242 | 21 98800-7678

Av. Dr. Mario Guimarães, 428, Sala 526
Ed. Le Monde - Centro - Nova Iguaçu

www.segurosamparo.com.br

segurosamparo



SINÔNIMO DE PERFEIÇÃO

MONITORAMENTO AVANÇADO
CONTROLE DE ACESSO FACIAL E BIOMÉTRICO
CENTRAL DE INCÊNDIO ENDEREÇÁVEL
CABEAMENTO ESTRUTURADO

VEGA
SECURITY

ANA PAULA CUNHA
GERENTE DE PROJETOS E NEGÓCIOS
CEL. 21 999955671

AGORA FICOU MAIS FÁCIL SAIR DO ALUGUEL

CASAS E APARTAMENTOS EM TODA BAIXADA E RIO DE JANEIRO!

MASTER
IMÓVEIS

PARCELAS À PARTIR DE R\$ 450,00

(21) 97302-2264

OPORTUNIDADES

Concurso Rio das Flores RJ: edital publicado para diversos cargos

O edital do concurso Rio das Flores RJ está publicado! Ao todo, a Câmara Municipal oferta nove oportunidades para cargos dos níveis fundamental, médio e superior.

As vagas são para os cargos de:

• auxiliar de serviços gerais

l (uma vaga);
• telefonista (uma);
• vigia (uma);
• técnico de controle interno (uma);
• técnico de recursos humanos (uma);
• assistente legislativo (duas);
• assistente jurídico (uma);
e
• técnico de contabilidade (uma).

Segundo o edital da Câmara de Rio das Flores RJ,

as remunerações vão de R\$1.400 a R\$3.989,27. As inscrições começam no dia 21 de agosto e deverão ser realizadas no site da banca organizadora, o Instituto IBDO Projetos. Os candidatos serão avaliados por meio de provas objetivas do tipo múltipla escolha. As provas estão marcadas para o dia 15 de outubro. Está estudando para esse concurso? Então assista

aqui a aulas ao vivo e gratuitas com os professores do Qconcursos!
<https://atreus-prd.qconcursos.com/articles/images/77943095-c56e-4328-a93d-95aa19a41efe/Concurso%20Rio%20das%20Flores.jpg>
Câmara de Rio das Flores RJ publica edital (Foto: Divulgação)

Inscrições do concurso
Rio das Flores RJ

Todos os interessados em participar do concurso da Câmara de Rio das Flores vão precisar se inscrever no site da banca organizadora. O período das inscrições será do dia 21 de agosto ao dia 9 de setembro de 2023.

Os valores das taxas de inscrição são:
• nível fundamental: R\$ 60
• nível médio: R\$ 80
• nível superior: R\$ 100

Isenção da taxa de inscrição

Os candidatos poderão solicitar a isenção da taxa de inscrição caso comprovem a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), até a data da inscrição no concurso, e sejam membros de família de baixa renda.



ANTIFLOW com a Cia Híbrida circulando pelo RJ

Aceleração, controle, imobilização, degradação. Pressão por desempenho, pressão por produção. Como responder ao processo de constante desumanização que a sociedade impõe ao indivíduo? Antiflow é a primeira de um novo conjunto de obras que pretende responder como caminhar em sentido contrário ao de uma sociedade cujas ferramentas de controle foram internalizadas pelo indivíduo, e desembocam quase inequivocamente no esgotamento.

— R. Benedito Hipólito, 125 – Centro
1 de setembro – sexta-feira – 19h – Areninha Carioca Sandra Sá – R. 12, 1 – Santa Cruz
2 de setembro – sábado – 19h – Centro de Artes da Maré – Rua Bitencourt Sampaio, 181 – Maré
22 de setembro – sexta-feira – 19h – Arena Fernando Torres – R. Bernardino de Andrade, 200 – Madureira
27 de outubro – sexta-feira – 19h – Areninha Carioca Hermeto Pascoal – Praça Primeiro de Maio, s/n – Bangu

Serviço:

Programação:

20 de agosto – domingo – 18h – Teatro Gonzaguinha

Classificação: Livre
Duração: 45 minutos
Ingressos: R\$ 1,00 – hum real

Devido ao grande sucesso, musical com homenagem a Belchior volta ao Rio



Belchior – Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”, retorna aos palcos cariocas com novos textos e músicas para celebrar a poética do compositor cearense Antônio Carlos Belchior. A peça, dirigida por Pedro Cadore, que também assina a dramaturgia ao lado de Cláudia Pinto, faz curta temporada no Teatro Claro Rio, Copacabana, de 18 a 27 de agosto, com sessões as sextas e sábados às 21h e domingos às 20h. SINOPSE: O musical faz um recorte de sua juventude através de uma dramaturgia formada por trechos de entrevistas do próprio cantor. Entrelaçando seus

pensamentos acerca de um mundo desconcertado, revive apresentações de seu show em diversas fases da vida. Na história, o ator e cantor Pablo Paleologo vive o cantor cearense, enquanto Bruno Suzano interpreta o “Cidadão Comum”, personagem recorrente nas canções de Belchior e de certa forma seu alter ego.
— Mais do que sua biografia, a peça pretende mostrar ao espectador a filosofia de um dos ícones mais misteriosos da Música Popular Brasileira. Queremos trazer uma sessão de nostalgia aos fãs e aos que não conhecem sua poesia inigualável – ressalta o diretor Pedro Cadore.

SERVIÇO

BELCHIOR – O MUSICAL
Temporada: de 18 a 27 de agosto
Dias e Horários: sextas e sábados 21h e domingos 20h
Gênero: Musical
Duração: 80 minutos
Classificação: Livre
Local: Teatro Claro Rio
Lugares: 661 lugares

Endereço: Rua Siqueira Campos, 143 – 2º Piso – Copacabana, Rio de Janeiro
Ingressos: a partir de R\$ 50
Venda pelo: <https://uhuu.com/evento/rj/rio-de-janeiro/belchior-ano-passado-eu-morri-mas-esse-ano-eu-nao-morri-11935>

Voices da Floresta: Chico Mendes Vive

Em memória da luta de Chico Mendes, a peça retrata o movimento de resistência dos seringueiros acreanos

Lucélia Santos, com o espetáculo ‘Voices da Floresta’, encena a memória da luta de Chico Mendes, sob a companhia e o olhar histórico de Valdízia Alencar e Cecília Mendes. Três mulheres da resistência que dão o tom da peça.

Elas intercalam seus sentimentos e paixões em narrativas que são à voz do próprio Chico Mendes. Ele é o fio condutor no relato da história coletiva do movimento de resistência dos seringueiros acreanos, sendo em essência, a sua própria história também.

No espetáculo, trechos inéditos de sua longa entrevista gravada há 34 anos, são usados para retratar o ápice do conflito entre seringueiros e ruralistas. A sua persistência em resistir contra a derrubada da floresta onde vivia e trabalhava, serviu e serve até hoje

como exemplo para as gerações presentes e futuras. Para que nunca morram as ideias de Chico Mendes, a peça traz a defesa de um legado que precisa perdurar. A força e a voz de Lucélia em cena, celebram e honram os ideais de Chico.

SERVIÇO

Voices da Floresta com Lucélia Santos e Francisco Carvalho
Datas: 25, 26 e 27 de agosto, sexta e sábado, às 20h e

domingo às 19h
Local: Teatro Municipal Ipanema – Rua Prudente de Moraes, 824 – Ipanema
Telefone: 2523-9794

Vendas Online: <https://riocultura.eleventickets.com/#/evento/f720ee5eafea8176a-0106ddc6f38f97d5117b0d7> e na bilheteria do teatro.

Valores Ingressos R\$ 40,00 (inteiro) / R\$ 20,00 (meia-entrada)
Capacidade: 222 lugares
Duração: 70 minutos



Grupo Teatro de Anônimo estreia ‘Kabaret Karióka’, uma celebração anárquica-ancestral ao Rio de Janeiro



SERVIÇO:

Estreia: 24 de agosto, às 20h. Temporada até 17 de setembro
Quando: de quinta de a domingo
Horário: 20h
Local: Teatro Arena Sesc Copacabana
Endereço: Rua Domingos Ferreira, 160 – Copacabana
Ingressos: R\$7,50 (associado Sesc), R\$15 (meia-entrada), R\$30 (inteira). Gratuita-de (PCG)
Informações: (21) 2547-0156
Bilheteria – Horário de funcionamento: Terça a sexta – de 9h às 20h | Sábados, domingos e feriados – das 14h às 20h
Classificação indicativa: 18 anos
Duração: 75 min | Lotação: 260 lugares

Por Felipe Lucena

KARIÓKA. Não, a grafia não está errada e dá nome ao mais novo espetáculo do grupo Teatro de Anônimo – Kabaret Karióka, com K, porque o princípio desse manifesto-festa-cênica, antes de mais nada, é uma celebração aos primeiros habitantes dessa terra e uma declaração de amor ao Rio de Janeiro – uma cidade partida, cheia

de defeitos, desafios, mas que nos inspira a continuar lutando todos os dias. Kabaret Karióka chega com seus malandros, as tias, a galera do ônibus 474 e tantas outras figuras marcantes que povoam ruas e praças para uma temporada no Teatro Sesc Copacabana, com estreia no dia 24 de agosto. “O espetáculo convida o público a uma experiência anárquica, divertida, poética, musical e sensorial. As

vedetes estão diferentes, bem como os malandros. As tias, os botos, as madames, os marginais, os excluídos, os gringos, as crianças, os sábios. Todos reivindicam seu espaço na roda”, explica Leticia Guimarães.

SINOPSE:

Kabaret Karióka é um espetáculo que dialoga com a tradição popular e circense do Teatro de Anônimo em

seus 37 anos de história e resistência. Com trilha sonora executada ao vivo e projeções, a peça é um convite para uma experiência anárquica, divertida, poética, musical e sensorial. As vedetes estão diferentes, bem como os malandros. As tias, os botos, as madames, os marginais, os excluídos, os gringos, as crianças, os sábios. Todos reivindicam seu espaço na roda. Abram alas que a festa dos Anônimos vai começar!

Seleção Brasileira: veja a primeira convocação de Fernando Diniz

Treinador interino do Brasil divulgou a lista de jogadores que irão disputar as primeiras rodadas das Eliminatórias Sul-Americanas



O técnico Fernando Diniz divulgou ontem (18) sua primeira lista de convocados à frente da Seleção Brasileira. A convocação foi realizada na sede da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), no Rio de Janeiro. Os jogadores escolhidos pelo técnico interino irão disputar os dois primeiros duelos das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa do Mundo de 2026.

O primeiro duelo do Brasil — e que vai marcar a estreia de Diniz com a Amarelinha — vai ser no dia 8 de setembro contra a Bolívia, no Mangueirão, em Belém, às 21h45, pela primeira rodada das Eliminatórias. O segundo jogo será contra

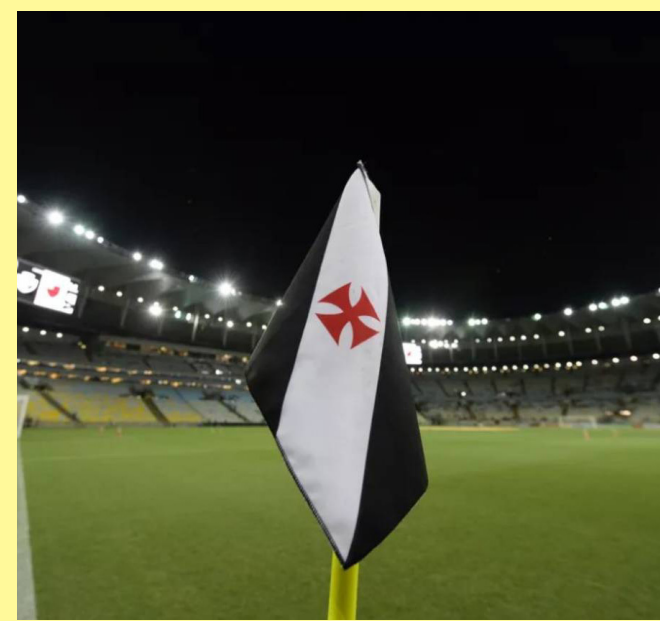
o Peru no dia 12 de setembro, às 23h, no estádio Nacional de Lima, na capital peruana. A lista conta com Neymar, que deixou o Paris Saint-Germain neste mês e agora defende o Al-Hilal, da Arábia Saudita. “Sempre muito complexo. Todos os jogadores convocados, entre outros, foram acompanhados, por vídeo ou no estádio. A lista foi se modificando e tem uma coerência de histórico de jogadores e uma projeção para o próximo técnico”, afirmou Diniz.

Veja a lista dos convocados:

- Goleiros
 - Alisson (Liverpool-ING)
 - Bento (Athletico-PR)
 - Ederson (Manchester City-ING)

- Defensores
 - Danilo (Juventus-ITA)
 - Vanderson (Monaco-FRA)
 - Caio Henrique (Monaco-FRA)
 - Renan Lodi (Olympique de Marseille-FRA)
 - Gabriel Magalhães (Arsenal-ING)
 - Ibañez (Al-Ahli-ARA)
 - Marquinhos (Paris Saint-Germain-FRA)
 - Nino (Fluminense)
- Meio-campistas
 - André (Fluminense)
 - Bruno Guimarães (Newcastle-ING)
 - Casemiro (Manchester United-ING)
 - Joelinton (Newcastle-ING)
 - Raphael Veiga (Palmeiras)
- Atacantes
 - Antony (Manchester United-ING)
 - Gabriel Martinelli (Arsenal-ING)

- Matheus Cunha (Wolverhampton-ING)
 - Neymar (Al-Hilal-ARA)
 - Richarlison (Tottenham-ING)
 - Rodrygo (Real Madrid-ESP)
 - Vinícius Júnior (Real Madrid-ESP)
- Fernando Diniz tem contrato com a Seleção Brasileira até junho de 2024, quando a entidade espera que o italiano Carlo Ancelotti assuma o comando. No anúncio de Diniz, em julho deste ano, Ednaldo Rodrigues, presidente da CBF, afirmou que quer contar com o técnico italiano já na Copa América do ano que vem. Nas Eliminatórias Sul-Americanas, dez seleções disputam vaga para a Copa do Mundo de 2026. Seis se classificam de forma direta, enquanto a sétima colocada vai para a repescagem.



Desembargador que autorizou Vasco x Atlético-MG no Maracanã é torcedor cruzmaltino

Por Raphael Fernandes

O desembargador Nagib Slaibi Filho, que concedeu ao Vasco o direito de jogar no Maracanã, no domingo, se declarou torcedor e sócio do clube. O magistrado restaurou a decisão de 1ª instância, que havia sido cassada por uma instância superior.

Em sua decisão, Nagib Slaibi disse que não se considera suspeito para julgar o caso porque a sua participação junto ao clube “resume-se em discussões futebolísticas” e que “quase todas” são com seus “companheiros de tribunal e da área jurídica”. — Sou declaradamente torcedor do futebol, como a imensa maioria da população, especialmente do Vasco da Gama, desde a minha distante infância, e sou associado do clube, pagando contribuição mensal, desde quando o Roberto Dinamite assumiu a Presidência do Clube — disse o desembargador em parte da decisão. Ele alegou ainda que: — Nunca fui diretor ou membro de órgão do clube, sequer integrei ações decorrentes das diversas correntes políticas. A minha humilde participação resume-se em discussões futebolísticas, quase todas com os meus companheiros de tribunal e da área jurídica. Assim, na esteira de reiterados julgamentos, não estou suspeito para julgar esta causal. Nagib Slaibi fez constar que já deu decisões contrárias

ao Vasco e também a favor do Flamengo:

— Aliás, julguei contra o Vasco da Gama, em caso que se discutia sobre a validade de cláusulas contratuais de propaganda no estádio, e julguei a favor do Flamengo em causa sobre o pagamento de contribuições que eram destinadas a instituições que sequer eram esportivas.

Entenda o caso

A partida estava inicialmente marcada para São Januário, porém, há uma decisão judicial que proíbe o clube a ter jogos com torcida no estádio. O Vasco, então, pediu para jogar no Maracanã, o que foi negado pelo Consórcio formado por Flamengo e Fluminense, sob a alegação de prejuízos ao gramado e falta de tempo hábil para organizar a partida — o tricolor joga no estádio no sábado às 18h30 e a partida do Vasco está marcada para 11h.

O Vasco entrou na Justiça e em 1ª instância conseguiu uma liminar concedendo o direito a jogar no Maracanã. Porém, o Flamengo recorreu e conseguiu suspender essa decisão. Por ora, o Vasco não pode jogar no local e a partida está mantida para São Januário.

O clube entrou com um mandado de segurança, sua última possibilidade de recurso, no Órgão Especial. Foi nessa instância que Nagib Filho concedeu ao clube o direito de jogar no Maracanã.

Flamengo liberou, saída imediata: Campeão da Libertadores recebe proposta da Arábia Saudita para dar adeus agora mesmo

Por Romário Júnior

O Flamengo muda a chavinha e agora está focado para duelo contra o Coritiba, neste domingo (20), às 16h, horário de Brasília. Time comandado por Jorge Sampaoli tenta se recuperar no Campeonato Brasileiro para ainda sonhar com o torneio nacional, por mais que o Botafogo esteja nesse momento com 13 pontos na frente. A classificação para a final da Copa do Brasil melhorou o clima no Ninho do Urubu, mas ainda falta construir algo a mais para o cenário mudar radicalmente. O futebol do Flamengo em si não é vistoso, passa longe de encantar e, por vezes, é desorganizado. As críticas em cima ao trabalho de Sampaoli são pertinentes e ele precisa mudar. Sobre o mercado da bola, uma notícia importante passada pelo portal Fla Web pode fazer o Mengão perder um jogador com bastante status. De acordo com a reportagem, David Luiz recebeu uma proposta da Arábia



Saudita: contrato de dois anos e salário superior ao que recebe atualmente no Mais Querido do Brasil. A apuração ainda revela que o CRF liberou o medalhão para resolver a situação na carreira, ou seja, sua saída depende apenas da vontade do jogador. David Luiz tem contrato com Flamengo até dezembro de 2024, mas vive um momento conturbado e nunca mais foi unanimidade perante o torcedor. Alguns dirigentes flamenguistas também consideram a transferência como bom para todo mundo

fortes ou com um futebol vistoso, capaz de vencer a competição. No jogo contra o Flamengo, na terceira rodada, foi o qual o torcedor sentiu que este time era especial. Tendo ganho apenas um jogo nos últimos dez disputados entre as equipes, o Botafogo venceu seu maior rival dentro do Maracanã por 3 a 2. O alvinegro carioca também perdeu pontos, com dez vitórias em todos os jogos disputados e apenas três gols sofridos. Porém, se engana quem imagina que a o Botafogo tenha enfrentado um caminho fácil. O Glorioso não era encarado como favorito para conquistar o Brasileiro nas prévias da competição. Equipes como Flamengo, Palmeiras, Fluminense e Atlético-MG eram vistas como times com elencos

o Flamengo e Fluminense, sob a alegação de prejuízos ao gramado e falta de tempo hábil para organizar a partida — o tricolor joga no estádio no sábado às 18h30 e a partida do Vasco está marcada para 11h. O clube entrou com um mandado de segurança, sua última possibilidade de recurso, no Órgão Especial. Foi nessa instância que Nagib Filho concedeu ao clube o direito de jogar no Maracanã.

'Campeão' do primeiro turno com melhor campanha da história, Botafogo despacha então favoritos para chegar mais perto do título

A campanha do Botafogo neste Brasileiro é irretocável. O Glorioso soma 47 pontos em 19 jogos, com 15 vitórias, dois empates e apenas duas derrotas, com aproveitamento de 82%, melhor campanha de primeiro turno da história. Em casa o desempenho é ainda mais impressionante, a equipe não perdeu pontos, com dez vitórias em todos os jogos disputados e apenas três gols sofridos. Porém, se engana quem imagina que a o Botafogo tenha enfrentado um caminho fácil. O Glorioso não era encarado como favorito para conquistar o Brasileiro nas prévias da competição. Equipes como Flamengo, Palmeiras, Fluminense e Atlético-MG eram vistas como times com elencos

o Flamengo e Fluminense, sob a alegação de prejuízos ao gramado e falta de tempo hábil para organizar a partida — o tricolor joga no estádio no sábado às 18h30 e a partida do Vasco está marcada para 11h. O clube entrou com um mandado de segurança, sua última possibilidade de recurso, no Órgão Especial. Foi nessa instância que Nagib Filho concedeu ao clube o direito de jogar no Maracanã.